

LUZES MISTERIOSAS NOS CÉUS DA AMAZÔNIA: A IMPRENSA PARAENSE E AS MEMÓRIAS DO FENÔMENO CHUPA-CHUPA

MYSTERIOUS LIGHTS IN THE SKIES OF THE AMAZON: THE PRESS OF PARÁ STATE AND THE MEMORIES OF THE CHUPA-CHUPA PHENOMENON

Phillippe Sendas de Paula Fernandes¹

Marialva Carlos Barbosa²

Resumo

Em 1977, militares chegaram à Ilha de Colares, no Pará, para investigar as luzes que cruzavam os céus, aterrorizando a população. Moradores relatavam que, ao serem atingidos pelo raio luminoso, ficavam paralisados e acreditavam que o sangue era sugado pelas luzes, o que tornou o fenômeno conhecido como “chupa-chupa”. A imprensa local amplamente noticiou o caso, que atingiu diversos municípios do interior e a capital, Belém. Este artigo busca compreender e explicar o processo de formação de memórias em torno do fenômeno, a partir da análise de três jornais publicados na época: *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e *O Liberal*. Em meio à disputa de versões, desponta a histeria coletiva ou, até mesmo, uma invasão extraterrestre.

Palavras-chave: Memória. Imprensa. Chupa-chupa. Amazônia.

Abstract

In 1977, military arrived at Colares, in Pará, to investigate the lights that crossed the skies, terrorizing the population. Residents reported that when they were hit by the light they were paralyzed and believed that the blood was sucked by the lights, which made the phenomenon known as chupa-chupa. The local

¹ Doutorando em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CNPq. E-mail: psendas7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7627-9023>.

² Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: marialva153@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>.

press widely reported on the case, which affected several municipalities in the interior and the capital, Belém. This article seeks to understand and explain the process of forming memories around the phenomenon, based on the analysis of three newspapers published at the time: *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e *O Liberal*. Amid this dispute over versions, collective hysteria or even an extraterrestrial invasion emerges.

Keywords: Memory. Media. Chupa-chupa. Brazilian Amazon.

1. INTRODUÇÃO

Compondo a paisagem amazônica, são as águas da Baía do Marajó que banham a Ilha de Colares, localizada no nordeste paraense, a cem quilômetros de Belém. Com uma população de pouco mais de 11 mil pessoas (IBGE, 2010), o pequeno município, que vive do extrativismo vegetal e animal, teve o ano de 1977 como o mais notório de sua história. Nessa época, a tranquilidade da pacata cidade fora substituída pelo alvoroço causado por fatos tidos como inexplicáveis – de natureza sobrenatural, para uns, de natureza ufológica, para outros. Vários moradores da região central da ilha, e de localidades mais distantes, relatavam ataques de luzes que, misteriosamente, vinham do céu e, ao atingirem a pele, causavam queimaduras, paralisia e palidez: tratava-se do fenômeno chupa-chupa, como é conhecido até hoje. Os episódios levaram a Força Aérea Brasileira (FAB) a realizar a Operação Prato. Os ataques de luzes, atribuídos supostamente a extraterrestres, passavam a ser investigados pela Aeronáutica que, até então, não tinha registro de operação semelhante.

Estamos lidando com práticas culturais de uma região que possui particularidades muito bem definidas, em relação às outras regiões do país.³ Essas práticas se configuram em processos de comunicação, marcados pela tradição oral, que transcendem a narrativa compartilhada entre familiares e amigos e chegam à imprensa e aos arquivos oficiais do caso chupa-chupa (FERNANDES, 2017). Este artigo surge com o propósito de compreender e explicar a contribuição da mídia, no processo de formação de memórias em torno desse fenômeno. Para

³ Segundo Ribeiro (2006, p. 87), é da região Norte ou amazônica, no sentido mais amplo, que despontam as pessoas que têm, em seus aspectos culturais, de maneira mais forte, a herança indígena: “Outras variantes iriam surgir nas mesmas linhas, entre elas o caboclo amazonense adaptado à vida nas florestas e aos aguais, que foi quem mais guardou a herança indígena original. Onde suas comunidades originais se mantêm vivas e a se exercer sobre o mundo, através de múltiplas e rigorosíssimas formas de ação sobre o meio, que dão à sua vida e à sua cultura não só um sabor indígena, mas sua extraordinária riqueza”.

isso, debruçamo-nos nas edições dos jornais publicados em 1977, pela imprensa paraense, lançando um olhar do presente para os vestígios que hoje nos contam essa história de mais de 40 anos. Diante da natureza do objeto empírico, a opção metodológica se alicerça, principalmente, na análise de narrativa, atravessada pela pesquisa documental.

O Liberal, *A Província do Pará* e *O Estado do Pará* eram, em 1977, as três principais publicações da imprensa paraense. Os três cobriram os episódios de ataques de luzes no interior do estado, sobretudo na região do Salgado e na capital. Segundo dados coletados na Biblioteca Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Estado do Pará, pelo menos durante os meses de outubro, novembro e dezembro daquele ano, as três publicações se dedicaram à cobertura do fenômeno.⁴

A escolha dos três jornais se deu principalmente pela disponibilidade para consulta no acervo e, também, porque eram os mais importantes da imprensa paraense na época. Deve-se fazer uma ressalva sobre o período definido para análise: o levantamento delimitou quatro meses, entre setembro e dezembro, sendo que, no primeiro mês, não houve qualquer menção sobre o fenômeno nas edições dos jornais. É sabido, contudo, que as primeiras notícias sobre as aparições luminosas foram publicadas pelo jornal *O Liberal*, ainda em maio de 1977. Vale ressaltar que se buscou definir certa regularidade, no que diz respeito à atuação da mídia impressa paraense na cobertura do caso, optando pelo recorte definido.

É interessante observar como a população de Colares ainda lida atualmente com esse momento tão importante em sua história, episódio que fez a cidade ser conhecida, entre pesquisadores e simpatizantes da ufologia, principalmente. O chupa-chupa serve de inspiração para bloco de carnaval, da mesma forma que também é utilizado para tematizar lugares da cidade. É necessário que se tenha o cuidado para não atribuir ao episódio um aspecto unicamente bizarro, porque, para aqueles que vivenciaram o ano de 1977 nessa ilha, as experiências foram muito impactantes e marcaram significativamente as suas vidas.

Em plena ditadura militar, vale mencionar o abismo que se abriu entre muitas cidades amazônicas, marcadas pelas consequências do plano de desenvolvimento da região, pela colonização desordenada e pelos conflitos travados entre aqueles que lutavam por um projeto contrário ao regime e aqueles que o defendiam. Colares estava distante de tudo isso. Ainda assim, a população

⁴ *A Província do Pará* publicou, de acordo com o período analisado (setembro a dezembro de 1977), cinco edições abordando o tema (uma em outubro e quatro em novembro); *O Estado do Pará*, periódico que fez a maior cobertura, publicou 16 edições ao todo (três em outubro, nove em novembro e quatro em dezembro); *O Liberal* fez 13 edições dedicadas ao fenômeno (cinco em outubro, cinco em novembro e três em dezembro). Dos três jornais analisados, apenas *O Liberal* ainda circula atualmente. *A Província do Pará*, fundada em 1876, foi extinta em 2001, e *O Estado do Pará*, criado em 1911, encerrou seus serviços em 1980. Cf. Biblioteca Pública do Pará (1985).

da ilha teve de conviver com a presença de militares, envolvidos numa missão que buscava desvendar o inexplicável, motivo de pavor e desespero daqueles moradores. O medo que os atingira era tamanho que fez com que novos hábitos fossem desenvolvidos. Com economia baseada sobretudo na pesca, os homens na época evitavam a ida aos rios para pescar, prática realizada geralmente bem antes do amanhecer, porque se acreditava que o risco de ser atingido pelas luzes era muito maior durante a noite. Da mesma forma, as lavouras foram se esvaziando, porque as caminhadas solitárias em meio ao campo eram motivos de preocupação. As crianças não escapavam do temor e também eram proibidas de brincar nas ruas ou quintais. A aflição era geral e os moradores buscavam as alternativas que tinham para lidar com aquilo.

Giese (1991, p. 53) fala que muitos abandonaram a Ilha de Colares, após as frequentes aparições e ataques das luzes. Para aqueles que não saíram da cidade, a alternativa foi se unirem para tentar afugentar os corpos luminosos. A partir de então, as vigílias tornavam-se um hábito. O jeito encontrado pelos moradores para espantar os focos de luz baseava-se na formação de núcleos, que reuniam vários vizinhos em uma só casa, mantendo as mulheres no lado de dentro, para cuidar das crianças, e os homens nos quintais para a vigilância. Naquela época, a energia elétrica da cidade permanecia ligada entre 18h e 22h. Após o fim do fornecimento, eram as velas e candeieiros que iluminavam. Uma das ações da prefeitura para auxiliar os moradores nas vigílias foi a compra de fogos de artifício, pois se acreditava que o barulho produzido pelo estouro afugentava os feixes luminosos. As noites insones não eram nada silenciosas porque as batidas nas panelas também serviam para criar alvoroço. No meio das largas áreas que formavam os quintais, geralmente ladeados de densa vegetação, os homens circundavam fogueiras e se empenhavam na função de produzir muito barulho para impedir qualquer ataque do chupa-chupa.

Luzes vampirescas. Raios luminosos. Focos de luz. Luzes que chupavam o sangue. Simplesmente chupa-chupa. É da capacidade que esses raios luminosos tinham de, supostamente, sugar o sangue das vítimas que vem o nome que a população escolheu para batizá-los. As reações de quem era atacado por eles, no entanto, incluía outras consequências, como paralisia, palidez, queimadura, tontura e fadiga. Os relatos que chegavam de moradores atingidos pelas luzes sempre vinham carregados dessas informações sobre as reações que causavam no corpo. O que chamava a atenção era que algumas pessoas viviam em localidades relativamente distantes, não se conheciam e contavam histórias semelhantes.

Os ataques do chupa-chupa se intensificaram ao longo dos meses, principalmente nos municípios da região do Salgado, da qual faz parte Colares. As

autoridades que não acreditavam nas versões contadas pelos moradores passaram a ter que se acostumar com a frequência dos casos e agir para ajudá-los, em meio à situação caótica. As vigílias acompanhadas pelos barulhos de fogos e panelas, os tecidos e plásticos que tapavam os buracos das casas já não garantiam proteção suficiente. O que antes era considerado credence popular, sinal dos tempos ou histeria coletiva, levou as autoridades locais a pedirem ajuda à Força Aérea Brasileira, por meio do 1º Comando Aéreo Regional (1º COMAR), com sede em Belém. A primeira operação militar até então desenvolvida no país para investigar casos supostamente de natureza ufológica teve início: a Aeronáutica autorizava a realização da Operação Prato, que não teve seu nome divulgado, para não despertar suspeitas. Inicialmente, a operação só buscava averiguar o que amedrontava tantas pessoas, além de garantir a segurança do espaço aéreo nacional. Foram 120 dias na região, documentando e filmando o fenômeno, rendendo material secreto – a maior parte, inconclusivo – enviado diretamente para Brasília (ATHAYDE, 2000, p. 162).

Entre julho e dezembro de 1977, o Brasil, especificamente parte da faixa litorânea do extremo Norte, viveu o fenômeno chupa-chupa. As primeiras notícias surgiram na imprensa maranhense, mas não ganharam tanta atenção como nos principais jornais do Pará, até por conta da proporção e da quantidade dos ataques relatados no estado. Da região próxima ao rio Gurupi (MA), despontaram os primeiros casos das luzes que sugavam o sangue. A partir de outubro, vários municípios paraenses, incluindo a capital, teriam suas vítimas, que batizariam os focos luminosos com o nome pelo qual até hoje é conhecido. Essa fase, marcada por fatos inexplicáveis, desespero e muita aflição, só declinou em dezembro (GIESE, 1991, p. 122-123).

2. NAS TRINCHEIRAS DA MEMÓRIA, UM FENÔMENO NOTICIADO

“Chupa-Chupa desvendado” é o título da matéria publicada pelo jornal *Amazônia*⁵ em 9 de abril de 2015. Na entrevista com o pesquisador Carlos Xerfan, o misterioso fenômeno que atingiu várias cidades da região amazônica ganhou mais uma versão. Distanciando-se daqueles que tentam explicar o fato por meio de teorias ufológicas ou simplificá-lo como credence popular, o chupa-chupa, na interpretação de Xerfan, seria consequência de experimentos de uma técnica de

⁵ Criado em 2000, o jornal *Amazônia* faz parte das Organizações Rômulo Maiorana (ORM), conglomerado de comunicação do Pará, que também detém a TV Liberal (afiliada da Rede Globo) e o jornal *O Liberal*. Marcadamente voltado para notícias populares, o jornal circula principalmente na Região Metropolitana de Belém. O *Amazônia*, de acordo com a própria linha editorial, se considera como o jornal que “todo mundo lê”.

defesa militar, com emissão de raios micro-ondas, utilizada pelas nações mais desenvolvidas do mundo para se protegerem de ataques com mísseis. Os raios, nas condições naturais da Amazônia, produziram as luzes que se movimentavam velozmente pelo céu, e o difícil acesso justificava a escolha da região e preservava o sigilo da experiência.⁶ Eis mais uma entre as várias explicações que foram tecidas ao longo de 40 anos de história; uma história com alguns elementos de ficção científica, poderíamos afirmar. Vale dizer, no entanto, que a ficção pode até se inspirar, mas se perde diante desse universo amazônico, que abriga tantos fatos e mistérios. Desse modo, lançamos a questão: de que maneira os fatos referentes ao chupa-chupa se transformaram em reportagens, publicadas em 1977 no Pará? A resposta para essa pergunta será construída a partir da cobertura dos jornais sobre o caso.

É um desafio lançar um olhar reflexivo que ultrapasse a noção de simples fonte empírica, quando se trata de análise de jornais, como constata Barbosa e Ribeiro (2011, p. 15). Precisamos abordar aspectos relevantes, para a compreensão não apenas da mensagem, mas também das condições sócio-históricas em que foram produzidas. Partindo da ideia de que os meios de comunicação se posicionam como produtores da história, e caminhando pelas discussões em torno da memória, o desafio é apresentar, a partir dos indícios, uma interpretação detida nas semelhanças e diferenças, entre a produção de três jornais da imprensa paraense, referentes ao fenômeno-objeto desta pesquisa. Esse caminho se orienta pela necessidade de compreender “[...] como as ideias são transmitidas, como os meios de sua transmissão têm enorme ingerência sobre a significação da mensagem e como o contato com a palavra afeta o comportamento dos sujeitos sociais” (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 24-25).

O estudo da memória tem imposto alguns desafios a quem a ele se dedica. Despontam, cada vez mais, novos olhares e percepções, sobretudo numa sociedade acometida pela “cultura da memória” (RIBEIRO, 2015, p. 76). O imperativo de que tudo deve ser preservado inunda as bibliotecas tecnológicas com os mais variados tipos de documentos e arquivos, amparados pela ilusão de uma revisita futura que dificilmente ocorrerá. Esse tempo de obsessão mnemônica afeta diretamente nosso cotidiano e os modos de pensar, como já destacava Colombo (1991, p. 104-105): “[...] ao que parece, a questão do esquecimento torna a repropor-se: talvez nenhuma sociedade precedente haja temido tanto o esquecimento quanto a nossa que quis combatê-lo até a raiz”.

Nesse debate, a relação entre a memória e os meios de comunicação

⁶ Cf. “Chupa-Chupa” desvendado. *Amazônia*, 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ormnews.com.br/noticia/chupa-chupa-desvendado>> Acesso em: 25 abr. 2016.

é um ponto que não pode ser negligenciado. É bastante tentador simplificar a discussão em torno da função dos jornais, na preservação de fatos históricos, atribuindo-lhes, ou melhor, atribuindo à mídia, a função de lugar de memória, conceito desenvolvido pelo historiador Pierre Nora, entre 1984 e 1993, por ocasião do bicentenário da Revolução Francesa. Os lugares de memória se configuram, segundo Nora (1993), como lugares que vão do objeto material ao simbólico e funcional: podem ser monumentos, documentos, arquivos, ideias e instituições que devem possuir uma vontade de memória, ou seja, desenvolvem um trabalho memorialista que garante a sua identidade. Para isso, os aspectos material, simbólico e funcional desses lugares devem coexistir sempre, para que possam ser caracterizados como lugares de memória.

Do volumoso trabalho de Nora, o artigo-síntese publicado pela revista *Projeto História*, em 1993, foi bastante utilizado por pesquisadores de história da mídia no Brasil. Essa apropriação, contudo, tem sido criticada, atualmente, com o argumento de que há uma simplificação conceitual, ao tentar abrigar a imprensa entre os lugares pensados pelo teórico. Vale problematizar o movimento que localiza categoricamente a mídia como um espaço privilegiado de produção de memória, ao adequá-la às noções definidas por Nora, que não analisa os meios de comunicação em suas reflexões. Em meio a essa discussão, para Ribeiro (2000, p. 33), a mídia assume “lugar de memória e/ou de histórias das sociedades contemporâneas”:

Os meios de comunicação, neste século, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos como verdadeiros pelo consenso da sociedade. A História passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa, que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância (RIBEIRO, 2000, p. 33).

Destacamos também a reflexão de Barbosa (2016, p. 14), ao questionar a noção dos meios de comunicação como lugares de memória na contemporaneidade: levando em consideração os processos históricos que envolvem a imprensa e destacando o esquecimento como característica fundamental da costura narrativa da imprensa brasileira, Barbosa acredita que os meios de comunicação produzem, sim, memória, mas buscam um lugar na história. A autora destaca ainda a necessidade de estabelecer a diferença entre memória e história, lembrando que o próprio Pierre Nora assim o fez. Ela ressalta, então, que o formato narrativo da imprensa assume a função de “fixar o tempo”, tornando-se os jornais arquivos da e para a história. Seguindo o pressuposto que reconhece essa construção de

memória, inserida na história, por parte dos meios de comunicação, alicerçada principalmente no seu caráter narrativo, buscamos compreender e explicar a ação da imprensa paraense, no que diz respeito ao fenômeno chupa-chupa e às suas versões do acontecimento, que nos servem, hoje, de objeto para análise de seus processos memorialísticos.

Ferreira (2015, p. 160-162) entrevistou um dos jornalistas mais atuantes na cobertura do caso. Carlos Mendes, na época trabalhando no jornal *O Estado do Pará*, visitou vários municípios paraenses, acompanhado do repórter Biamir Siqueira e do fotógrafo José de Ribamar Prazeres. Segundo Mendes, a operação militar que investigava as luzes misteriosas na Amazônia, num primeiro momento, foi tolerante em relação às notícias que eram publicadas pelos veículos de comunicação. Com o avanço das investigações e a proliferação de informações sobre o caso nos jornais, seguiu-se então uma fase de controle ao que era publicado. A ditadura autorizou a apreensão do material fotográfico produzido por Ribamar Prazeres. O chefe da operação, capitão Uyrangê Hollanda, ordenou que o diretor da redação do jornal entregasse as fotos feitas na região. Seriam aproximadamente 200 fotografias, que nunca foram recuperadas. Tudo isso ocorreu após a publicação, no dia 24 de julho de 1978, de uma edição do jornal *O Estado do Pará*, que tinha como manchete: “Eis o Chupa-Chupa”. Na capa, a foto de uma nave emitindo algumas luzes fez com que as edições se esgotassem uma hora depois de chegarem às ruas.⁷

Nota-se a importância dada ao testemunho do jornalista que participou da cobertura do caso, referendando o texto jornalístico, a partir do registro daqueles que puderam acompanhar de perto o que lá ocorria. Depois de ocupar, em duas edições de outubro, pequenas notas na coluna *Tribuna do Estado*,⁸ o ataque aos moradores da Ilha do Mosqueiro (localizada a 70 quilômetros de Belém), realizado por um objeto que emitia uma luz esverdeada, tem destaque na primeira página do jornal *O Estado do Pará*, de 1º de novembro de 1977. Chama atenção a posição que o periódico toma diante dos fatos: “[...] ‘O Estado do Pará’ foi até o local dos acontecimentos documentar o testemunho de várias pessoas, procurando dar um melhor espelho da angústia dos poucos moradores de Tapiapanema, bem como de

⁷ Durante a coleta de dados, na Biblioteca Pública Arthur Vianna, essa edição de *O Estado do Pará* chegou a ser consultada, mas a primeira página não constava, foi retirada, impossibilitando o registro.

⁸ Identificamos duas notas publicadas no jornal, especificamente na coluna *Tribuna do Estado*, em outubro de 1977. A primeira destaca o ataque das luzes às mulheres no interior do Pará (O ESTADO DO PARÁ, 14 out. 1977, p. 3), e a segunda nota trata o caso como fantasia e com possíveis propósitos sadomasoquistas: “[...] Contudo, nós, que acreditamos na existência de seres superiores vindos ou não de fora do nosso sistema solar, não nos deixamos iludir pela fantasia em torno de aparições estapafúrdias e com propósitos descabidos, como chupar sangue e desfigurar pessoas. As aparições na cidade da Vigia e em seus municípios nos obriga a acreditar que, afora o sensacionalismo, há algum propósito sado-masoquista em tudo até agora narrado” (O ESTADO DO PARÁ, 23 out. 1977, p. 3).

outros moradores da Ilha” (O ESTADO DO PARÁ, 1 nov. 1977, p. 11). O grande temor que acometeu os moradores da ilha era consequência do estranho aparelho que circulava nos céus da região e emitia a luz que deixava as vítimas atordoadas. E isso só pôde ser conhecido após a observação da equipe de reportagem do jornal, que se propunha isenta e assumiu a missão de descrever e “documentar” os fatos, tais como ocorriam, atuando como “espelhos” da anormalidade na região e registrando o ataque a um casal que vivia no interior.

Figura 1: O Estado do Pará sobre os ataques do aparelho desconhecido a moradores de ilhas próximas a Belém.



Fonte: O ESTADO DO PARÁ, 1 nov. 1977, p. 11.

A popularidade dos episódios sobrenaturais, que, inicialmente, foram identificados no interior do Pará – precedidos de alguns casos no Maranhão –, tem relação direta com o papel desempenhado pela imprensa local, na publicação das notícias sobre o fenômeno. Não se pode deixar de destacar a contribuição que esses meios de comunicação tiveram, ao noticiar eventos ocorridos em localidades relativamente próximas à capital, mas que, dificilmente, renderiam pautas frequentes nos principais veículos. Giese (1991, p. 140-141) ressalta o papel da imprensa e o comportamento da sociedade com a divulgação do tema, registrando a atuação dos jornais *A Província do Pará*, *O Liberal*, *O Estado do*

Pará e O Estado do Maranhão: “[...] a sociedade, na sua totalidade, permaneceu dividida entre os crédulos, os indiferentes e os ridicularizadores. Alguns políticos paraenses, surpreendentemente, denunciaram a indiferença das autoridades frente ao problema da ‘luz-vampiro’”.

Os relatos de moradores da cidade de Vigia de Nazaré, no nordeste paraense, também chegaram ao jornal O Liberal, no começo de outubro de 1977, pelo mesmo motivo: o “bicho sugador” atacou homens e mulheres na região, deixando-os petrificados, após serem atingidos pelo foco. O aparelho desconhecido é descrito como uma nave que ataca as pessoas, sendo as mulheres as vítimas preferidas. O jornal também afirma, segundo testemunhas da localidade, que a luz não atacaria mais de uma pessoa ao mesmo tempo (O LIBERAL, 8 out. 1977, p. 21). Uma semana depois, o periódico deu destaque maior ao caso, questionando se de fato se tratava de um disco voador ou que intranquilizava os moradores de Vigia. Em meio ao pavor narrado pelo jornal, o raio passou a ser não apenas paralisador, mas também amedrontador, já que se falava em uma vítima no Maranhão, sendo que, no Pará, nenhum caso fatal foi confirmado, segundo a própria edição.

Figura 2: O fenômeno tornava-se ainda mais perigoso porque as consequências podiam ser fatais, segundo O Liberal. Moradores de casas isoladas e pessoas desacompanhadas eram as principais vítimas.



Fonte: O LIBERAL, 15 out. 1977, p. 21.

De acordo com o que identificamos nas edições analisadas, até o final de outubro de 1977, os principais jornais do Pará passaram a dedicar muito mais atenção ao fenômeno chupa-chupa. Das pequenas notas, passaram a ser publicados números repletos de testemunhos, fotografias e ilustrações, detalhando as evoluções nos céus dos objetos não identificados e as reações que as vítimas sofriam em seus corpos. É da *Província do Pará*, de 20 de outubro de 1977, que vem a edição mais densa sobre o fenômeno, publicada naquele mês. O “espetáculo inusitado” seguia deixando os moradores da Vigia e de lugarejos próximos assustados, e até o prefeito havia presenciado o fenômeno, confirmando as denúncias. Enquanto o inusitado era descrito frequentemente apenas por pessoas simples, que viviam em pequenas cidades afastadas da capital, os jornais balbuciavam o assunto. A partir do momento em que autoridades, como o prefeito de Vigia, asseguraram que realmente algo inexplicável ocorria no interior do Pará, a notícia se valoriza e os meios de comunicação se rendem ao chupa-chupa.

Por sua vez, o sr. Francisco Meireles, adjunto do Serviço de Águas e Esgotos da Vigia, disse: “Acreditamos que os objetos que vêm sendo vistos por várias pessoas em comunidades diferentes são realmente objetos não identificados por nós da Terra. Levando-se em consideração que devem existir outros planetas habitados em nosso Universo e civilizações de um grau de desenvolvimento muito superior ao nosso, chegamos a acreditar que esses seres estejam tentando pesquisar nosso sistema de vida, nossos hábitos, etc. e ainda, talvez preparando-nos para uma futura comunicação, naturalmente quando estiverem em condições de serem por nós entendidos” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20 out. 1977, p. 15).

A realidade mudara completamente. Um possível ataque em massa dos seres estranhos aterrorizava as pessoas, que ameaçavam deixar suas casas, mas recebiam perder, entre outras coisas, os poucos animais e plantações que mantinham. A lida com a terra, prática diária e mantida por gerações, também teve que ser repensada porque ninguém arriscava se embrenhar nas matas senão em grupo, temendo as consequências de um ataque do foco luminoso, que podia deixá-los paralisados, quiçá loucos. Para isso, ladainhas e vigílias eram feitas. Só um milagre poderia livrá-los daquilo, acreditavam os colonos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20 out. 1977, p. 15).

No recorte realizado entre os jornais publicados em 1977 no Pará, registramos, entre meados e fins de outubro, o momento em que o chupa-chupa ganha certa importância na imprensa local. Longe de atribuir a essa fase a gênese desses fatos na mídia – o que só poderíamos afirmar se expandíssemos o período das publicações –, cremos que, apesar dos casos serem registrados, principalmente no interior do estado, longe das sedes dos jornais que se localizavam na capital, a

densidade dos relatos, o número de vítimas e a semelhança entre os testemunhos (ainda que vissem em cidades diferentes), levou a imprensa a se deter com mais atenção àquelas ideias fantasiosas para uns, sensacionalistas para outros, mas, sobretudo de interesse público. A partir disso, nosso olhar volta-se para a capacidade que os meios de comunicação têm de não apenas relatar os fatos, mas também na sua função de atribuir determinada significação a esses fatos. O chupa-chupa, que afligia parte da população paraense no interior, chegou aos leitores da capital de que forma?

3. O PARÁ DE OLHO NO CÉU: CHUPA-CHUPA POR TODO LADO

Ao caracterizar a comunicação de massa, Thompson (2011) a reconhece como uma produtora e difusora institucionalizada de bens simbólicos. Ele atenta para a produção simbólica como uma “característica penetrante da vida social”, levando em consideração que existem várias instituições, desde as religiosas, passando pelas educacionais, até as midiáticas, que têm papel significativo “na acumulação dos meios de informação e comunicação”. No caso da mídia, sua produção é orientada em grande escala para a “difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo” (THOMPSON, 2011, p. 43). A produção desse conteúdo pelas indústrias da mídia contribui para a construção de uma noção de determinado passado.

À medida que se recua no passado, fica cada vez mais difícil que os indivíduos tenham chegado ao sentido dos acontecimentos através de experiências pessoais ou de relatos de testemunhas transmitidas em interações face a face. A tradição oral e a interação face a face continuam a desempenhar um papel importante na elaboração de nossa compreensão do passado, mas elas operam cada vez mais em conjunto com um processo de compreensão que se serve cada vez mais do conteúdo simbólico presente nos produtos das indústrias da mídia (THOMPSON, 2011, p. 60-61).

Não podemos ignorar as questões de poder que envolvem a atuação da mídia na sociedade. Cabe trazer à tona a relação que Matheus (2010, p. 112) faz entre os jornais e a memória. Segundo ela, os grandes jornais atuam como suportes de memória hegemônica, considerando o processo dialógico e polifônico que caracteriza o trabalho jornalístico. Esse conflito, entre o que deve ser dito e o que deve ser silenciado, envolve o registro diário da imprensa, que produz pontos de ancoragem para diversas memórias coletivas. Nesse sentido, aprofundamo-nos no que a imprensa paraense publicou sobre o fenômeno chupa-chupa, principalmente nos sentidos atribuídos a esse conteúdo simbólico, capaz de produzir versões dos acontecimentos ocorridos, ou seja, versões de um passado que também faz

parte das memórias das pessoas envolvidas, ainda que com matizes diferentes. É certo que não estamos diante de abordagens idênticas, mas as semelhanças na atuação dos grandes jornais, em relação ao caso, são notáveis, sobretudo na tentativa de desvinculá-lo de qualquer explicação sobrenatural e atestando o descontrole emocional, capaz de popularizar a história, que passou a atingir também moradores da capital.

Antes de retomar as edições dos jornais analisados, para apresentar a maneira como o fenômeno se popularizou no Pará e na sua imprensa, convém destacar qual ideia de memória nos orienta. Halbwachs (2003) é o responsável pela noção de memória como construção social, trabalhada nas primeiras décadas do século XX, vinculando até as coisas que supostamente seriam evocadas por uma memória individual como um gesto de conscientização da representação coletiva. Seria impossível lembrarmos de algo, se não estivéssemos inseridos em determinado grupo, capaz de nos fazer recordar a partir do outro. Apesar do apelo individual que possuem as lembranças, a memória é sempre coletiva.⁹ A compreensão da memória como fenômeno social nos é relevante; no entanto, destacamos que não adotamos o conceito tal como foi elaborado ainda no século XX, já que é uma ideia construída por Halbwachs num contexto completamente diferente das reflexões propostas nesta pesquisa. O que é válido retomar é a importância que os grupos e as sociedades assumem, na validação dessas memórias que se reconfiguram continuamente.

A produção noticiosa do fenômeno chupa-chupa, em 1977, se deu, principalmente, graças à atuação dos grandes jornais que compunham a mídia impressa paraense na época: *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e *O Liberal*. É notória a importância do trabalho realizado por esses jornais, no que diz respeito à divulgação dos fatos, contribuindo significativamente na formação de memórias sobre esse fenômeno. Em novembro de 1977, os principais jornais que circulavam em Belém davam amplo destaque à chegada dos focos luminosos à cidade. Não era mais apenas um problema do interior; a cidade grande também padecia com o chupa-chupa.

Aumenta a cada dia o clima de intranquilidade entre os habitantes de diversos bairros de Belém, acentuadamente na Estrada Nova, Jurunas e Nova Marambaia, em decorrência da aparição da “luz misteriosa”, o “Vampiro interplanetário” já denominado de “chupa-chupa”. Se avoluma a cada 24 horas o número de possíveis vítimas dessa luz que deixa marcas arroxeadas no corpo, pequenas queimaduras, além de um estado combalido, ataques e

⁹ Hartog (2015, p. 159) destaca que o pensamento de Maurice Halbwachs definiu com mais clareza a divisão entre história e memória, dando relevo a uma abordagem que aponta a existência de uma história, mas de tantas memórias coletivas quanto grupos nos quais se alicerça – ainda mais em uma vida social marcada pelo aceleração –, já que elas só retêm do passado o que ainda está vivo.

desmaios e imobilização dos membros e fortes dores de cabeça que chega a provocar uma quase loucura. Um detalhe que intriga a quantos têm sido atacados pela tal luz, em sua maior parte mulheres, são pequenas marcas, como se fossem picos de injeção provocadas pelo estranho fenômeno, no seio direito das vítimas por onde grande quantidade de sangue seria sugado (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 nov. 1977, p. 14).

A coluna Repórter 70, do jornal *O Liberal*, havia publicado na véspera da edição de *A Província*: “Vai pegar em Belém a mania da ‘luz da Vigia’”. O próprio *O Liberal* já tinha noticiado que novas pessoas foram atacadas pelo chupa-chupa, agora nos bairros de Belém. A “mania da luz” já era realidade na capital: “Vai ser uma gracinha. Muita gente vendo a luz, mas ninguém provando que ela existe realmente” (O LIBERAL, 18 nov. 1977, p. 3).

Os casos despontavam pelos bairros de Belém, mas não apenas na periferia, como profetizado na nota publicada pelo jornal. Em meio aos boatos e dezenas de vítimas, muitas pessoas fragilizadas emocionalmente recorreram ao Pronto Socorro Municipal, que atendia frequentemente os atingidos pela luz. O clima de intranquilidade e insegurança era um dos pontos mais destacados e agitava também a rotina das redações dos jornais: “Em nossa redação, são frequentes os telefonemas recebidos informando sobre aparições do objeto, geralmente definido como sendo uma luz que atravessa a noite em direção de [ilegível] vítimas, deixando-as paralisadas” (O LIBERAL, 17 nov. 1977, p. 21).

Estabelecendo certa distância dos mistérios que assolavam a Amazônia em 1977, vale mencionar o inusitado 30 de outubro de 1938, principalmente para os ouvintes da Rádio CBS (*Columbia Broadcasting System*), dos Estados Unidos. Uma notícia em edição extraordinária interrompeu a programação musical para anunciar: os marcianos estavam invadindo o país. O ator e diretor de cinema Orson Welles, inspirado no livro *A Guerra dos Mundos*, de H. G. Wells, transformou a obra em um programa dramatizado, que relatava a chegada de naves espaciais à Nova Jersey. Acredita-se que cerca de seis milhões de pessoas ouviram o programa, sendo que muitos não sabiam que se tratava de uma edição semanal de radioteatro transmitido pela emissora. O pavor tomou conta das ruas, bloqueando as linhas telefônicas e gerando congestionamentos, diante do iminente ataque de seres extraterrestres. Vale ressaltar, contudo, que nossa análise não se atenta à produção radiofônica, nem a peças ficcionais; preocupa-se com as publicações dos jornais. Recorremos ao caso norte-americano, apenas para relacioná-lo com alguns elementos utilizados pelos jornais na cobertura do fenômeno chupa-chupa.

A cada dia que passa, as vítimas do misterioso “chupa-chupa”, “discovoador”, “foco do diabo”, “luz estranha”, “arreatador” e muitos outros nomes dados pelo povo, ao inexplicável fenômeno do espaço, aumentam assustadoramente. Ontem, mais de seis pessoas foram atingidas em diversos bairros de nossa cidade.

[...]

Credence ou não, estórias de discos-voadores, homens verdes, focos de luz, bola de fogo, etc. acompanham o homem desde que o mundo é mundo. Não é uma simples questão de mais ou de menos cultura das pessoas diretamente ligadas a essas aparições, pois muitos depoimentos têm sido prestados por gente às vezes de considerável respeitabilidade no mundo social. Contudo, há período em que essas manifestações se tornam acentuadas, predispondo considerações de todo o tipo, nas quais se entremeiam gozações e pitadas de seriedade (O ESTADO DO PARÁ, 18 nov. 1977, p. 12).

O Estado do Pará produziu uma série de reportagens, para tentar explicar o fenômeno que apavorou o interior e chegara a Belém. É uma das edições mais completas, com relatos de vítimas e o posicionamento de autoridades. Na tentativa de compreender o caso, são também resgatadas as mais diferentes teorias, baseadas na Bíblia e em mistérios, como a construção das pirâmides do Egito e o desaparecimento de navios no Triângulo das Bermudas, no Caribe. Não à toa, o jornal anunciava para a próxima edição: “Amanhã: a invasão dos marcianos”, lembrando bem Orson Welles, nos EUA de 1930. A população da capital pode não ter se preparado, como os americanos, para a invasão das naves extraterrestes que estavam chegando à Nova Jersey, mas não se falava em outra coisa na cidade, assim como era grande o temor de qualquer um se tornar a mais nova vítima do ‘foco luminoso’ ou ‘foco do diabo’ ou ‘luz estranha’. Belém estava de olho no céu, como destacou uma das capas mais simbólicas feitas pelo jornal sobre o fenômeno.

As aparições do foco em Belém ganharam força a partir dos episódios narrados por moradores de municípios da Vigia e Mosqueiro. Em pouco tempo, a luz começou a rondar as cercanias da cidade, aparecendo em Icoaracy. Agora, não há mais um local fixo: tanto pode ser no Jurunas, na Marambaia, como no pacato bairro Comercial. Os boatos que engordam as manhãs das narrativas do belenense, à noite se transformam em temerosas conversas de vizinhos e familiares. Uma senhora, residente no bairro da Cremação afirma que ainda não viu o foco “chupa-chupa”, mas tem muito medo que ele apareça em sua casa (O ESTADO DO PARÁ, 18 nov. 1977, p. 12).

O sobrenatural tomava conta das versões relatadas. Conhecia-se detalhadamente as reações que o corpo sofria ao ser atingido pela luz, mas não se identificava nenhuma ação capaz de garantir à população que não haveria mais ataques. Da mesma forma que no interior do estado, evitava-se também sair à noite nos bairros de Belém, principalmente nos que já tinham registrado vítimas.

Figura 3: O fenômeno chupa-chupa deixa Belém atenta aos movimentos no céu



Fonte: O ESTADO DO PARÁ, 18 nov. 1977, p. 1.

A *Província do Pará* questionava o que diziam os moradores, a partir de referências científicas e/ou religiosas. Um pastor protestante e um frei católico se posicionaram: o primeiro tentava explicar o fenômeno, baseando-se na Bíblia e nas profecias do fim do mundo; o segundo sentenciava a falta de base científica, para os episódios relatados por tantas pessoas (FERNANDES, 2016, p. 10). Várias explicações eram dadas, com diferentes personalidades da capital, mas nada contundente a ponto de confirmar ou não o que as vítimas diziam. O caminho escolhido foi utilizar um tom jocoso para falar sobre as aparições e também recorrer à ciência, para justificá-las como consequência de histeria coletiva que comprometia a ordem social. O “vampiro interplanetário”, como registrou a manchete do jornal, não resistiria ao discurso científico de médicos e psicólogos: “Não se tem conhecimento de alguma providência que por acaso esteja sendo tomada para pelo menos tranquilizar parte da população que está sendo vítima de auto-sugestão e crises de histeria” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 nov. 1977, p. 14).

Figura 4: O “vampiro interplanetário” chega à Belém, atingindo, principalmente, mulheres.

14-1ª edição - A Província do Pará - Belém - Sábado, 19 de novembro de 1977

“Vampiro interplanetário” só gosta de mulher

(O relato daqueles que já estiveram face a face com o “Vampiro”, popularmente conhecido por “Chupa-Chupa”)

CIRCUITO FORENSE

Juiz nega ordem de habeas-corpus para o homicida

Este juiz e de entendimento de que a prisão cautelar ainda permanece como necessária, motivo por que adireto o pedido” - diz o juiz José Antônio Lourenço Alves, da 1ª Vara Penal, depois de examinar a situação de Nelson Matias Batista, acusado de crime de homicídio.

Foi o advogado Raimundo Fábiles que, na qualidade de promotor de acusação, recorreu ao juiz em volume assinado, solicitando a revogação da prisão preventiva do referido. Entre outros fundamentos jurídicos o doutor da indústria alega a dimensão da grande casta de homicídios, uma vez que o mesmo não profere decisão e ressolução final.

O magistrado compôs os autos e verificou que Nelson Matias Batista foi autor da morte de Maria José Pereira dos Santos, fato registrado no dia 14 de julho de 1975, na Travessa Visconde de Itaboraí. A prisão do delinqüente se fundou no fato de ter Nelson se evadido, não se apresentando a audiência, embora estivesse com Habeas-Corpus. Mesmo que Nelson tenha residência fixa e atividades profissionais não só na capital como no interior do Estado, ainda é subleto. Tendo tido antes, a sua liberdade e liberdade, não apenas para a instrução criminal que se encontra ainda em fase de inquirição de embargos, como para a aplicação da lei penal que lhe veda a ser imposta pela Justiça Pública.

Desde depois disso, o juiz José Antônio Lourenço Alves foi de entendimento de que a prisão cautelar ainda permanece como necessária, daí ter fundamentado, entre outros, o pedido. O acusado deve permanecer recolhido ao Presídio São João aguardando o pronunciamento final da Justiça.

RECURSO

O advogado de ofício Quintiano Elias Silva vai recorrer da decisão do juiz Henrique de Castro e Mendes Neves, viciada pela viagem de “Mancão Branco”, em audiência subseqüente prevista.

Para o comitê de criminalistas, o juiz da 1ª

Arreata: “só com o fôlego ficar seco”

Maria Carrero, após o caso do vampiro

Maria Augusta: “a luz vermelha teve vez e lugar”

Maria Regina: “a luz não pôde da”

O fenômeno, duas opiniões

Enquanto os transeiros visitam do interior do Estado, de regiões esquivadas pela civilização, como Santa Izabel do Itaipava, na Vigia, entre outras, por pouco de alijamento de perturbações físicas de natureza, caracterizada em meio cultural subdesenvolvido propício para grandes investidas, a população da capital, inclusive a própria região de investigação de manifestações espíricas e psíquicas, face à luz estranha por objetos viciados, conhecidos como “vampiros”, para muitos impressionados por várias, por estranhas coincidências, em sua grande maioria, mulheres.

Assim, como visto, há outras ocorrências de carismas coincidentes que não parecem a iluminação coincidentes, de fato, pois, não há dúvida de que a população urbana detentora de condições de vida e de trabalho, está sendo agora gravemente afetada pelos efeitos da falta de iluminação, em algumas cidades.

Fonte: A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 nov. 1977, p. 14.

4. O DESAPARECER DAS LUZES: O CHUPA-CHUPA SUCUMBE À PIADA E À RAZÃO

Nesse momento, são sólidos os elementos que nos ajudam a identificar a postura editorial tomada pelos principais jornais paraenses, na cobertura dos focos luminosos: depois de certa discriminação, as folhas se renderam ao mistério, que se tornou assunto predominante entre as famílias da capital e do interior. Refletimos, agora, sobre o esmaecimento da pauta nos jornais analisados. Em determinado momento, sob o ponto de vista da imprensa, o pavor do chupa-chupa sumiu, as vítimas retomaram suas vidas e a história ficou registrada nas páginas dos periódicos e nas memórias daqueles que vivenciaram o fenômeno. Matheus (2010, p. 112) lembra que o suporte essencial da memória são os homens e suas ações, o que garantiria a sobrevivência das “memórias subterrâneas”¹⁰, ainda que em condições desfavoráveis. Não podemos elevar à condição de memória oficial

¹⁰ Conceito definido por Pollak (1989), as memórias subterrâneas dizem respeito às memórias de grupos excluídos, exterior ao que é definido como oficial. No que diz respeito aos enquadramentos da memória, o autor vincula diretamente essa questão aos sentimentos de pertencimento, estabelecendo, assim, uma relação entre identidade e memória (POLLAK, 1989, p. 9).

do chupa-chupa o que fora publicado pelos jornais, mas é preciso pontuar que esses registros, marcados por enquadramentos e disputas, assumem relevância, já que se referem a uma história pouco contada, sem explicação definitiva e baseada, principalmente, nos relatos das vítimas.

As luzes do chupa-chupa ainda refletiam nas páginas dos jornais paraenses, em novembro de 1977, mas em dezembro o assunto perdeu força. Após a sensação do imprevisível instalada na sociedade, sobejamente atingida pelo fenômeno e, conseqüentemente, pelas notícias, nos próprios periódicos, percebe-se uma orientação de matérias que desconstroem a seriedade do caso e até sentenciam que tudo não passava de fantasia e neurose coletiva. Além do medo, o foco misterioso passou a fazer rir (pelo menos era o que pretendiam os jornais). Antes, falemos sobre os paladinos da ciência e da razão que, munidos de laudos detalhados, tentaram afastar o aspecto sobrenatural da história.

Depois de ouvirem psicólogos, antropólogos, pais-de-santo, padres e pastores, o discurso médico assume a dianteira na missão de finalizar os boatos e explicar o que, até então, não tinha explicação. Em *O Liberal*, de 17 de novembro de 1977, uma vítima chamada Lúcia foi encaminhada ao Pronto Socorro Municipal. Atendida por dois médicos, o diagnóstico foi que não havia qualquer problema clínico, nenhum ferimento. O único medicamento que Lúcia tomou foi um calmante. Nas palavras do jornal, a vítima contou que viu a estranha luz “que anda tirando onda de Conde Drácula e sugando o sangue dos outros”. Na mesma edição, outra pessoa tinha sido atingida, e a explicação “mais aceitável” era de que Francisco Nogueira havia sido traído pelo seu próprio subconsciente, motivado pela autossugestão, quando alguém exerce sobre si mesmo determinada ideia provocando alterações comportamentais.

Durante toda a tarde, como ele mesmo contou à reportagem, ele estivera, juntamente com a turma de rapazes do bairro, conversando sobre discos voadores e as luzes estranhas que tem aparecido no Maranhão e em diversas localidades paraenses. Católico convicto e leitor assíduo da Bíblia (conforme ele mesmo conta), tentara convencer seus interlocutores que tais aparecimentos misteriosos já eram previstos nas Sagradas Escrituras. Pouco depois, quando já se encontrava estudando, tarde da noite, ouvira, pelo rádio, a notícia de que luzes misteriosas haviam sido avistadas no bairro do Jurunas, na rua São Miguel, pras bandas da Estrada Nova. Com todas essas imagens no subconsciente, Francisco, com sono e a vista muito cansada pela leitura, ficou semi-adormecido, na rede. Do teto, sobre o seu rosto, pendia uma potente lâmpada de 60 velas. Na fronteira entre o sono e a vigília, com as imagens do dia, em que a luz fora o principal assunto, aflorando a mente, ele acorda assustado. Ao abrir a vista, a lâmpada transformou-se num clarão de luz vermelha. Nada mais natural. Isso aconteceria com qualquer um, em idênticas condições (O LIBERAL, 17 nov. 1977, p. 22).

Nada demais no comportamento de Lúcia, nada demais no comportamento de Francisco. A hipótese de que os subconscientes das pessoas eram os responsáveis pelas visões, ainda mais numa sociedade em polvorosa pela frequência dos ataques, jogava no campo da fantasia qualquer interpretação que fugisse à regra, que passava a ser estruturada no ponto de vista racional dos médicos que atendiam às vítimas.¹¹

“O problema é puramente médico”, dizia o então secretário de Segurança Pública, Flarys Guedes de Araújo, a um repórter do jornal *O Estado do Pará*. A orientação dada às vítimas era que procurassem um médico ou tomassem um calmante. Luz não existia, senão na imaginação das pessoas. O chupa-chupa, no entanto, continuava a ser assunto preferido entre a população de Belém: “É só no que se fala com as mais espalhafatosas, dramáticas, engraçadas e criativas versões” (*O ESTADO DO PARÁ*, 20 nov. 1977, p. 1). Nessa edição, na seção “É isto que o povo acha”, havia diferentes opiniões entre estudantes, cientistas, religiosos e donas de casa, que colocavam em discussão o tema, sem chegar a um consenso: profecia bíblica, imaginação de um povo simples, necessidade de conversar com uma pessoa “mais culta”, antes de espalhar qualquer boato. Sempre dar atenção ao que psiquiatras e sociólogos estavam dizendo, era a orientação/justificativa dos entrevistados para o fenômeno.

Se fosse preciso eu ficar de plantão, esperando por esse tal de “Chupa-Chupa”, eu ficava, sem medo. Pois sei que ele não me faria nenhum mal; se ele fizesse, eu correria logo para a Aeronáutica. E estou à disposição. Se ela precisar de mim pra fazer experiências, pode vir me buscar. Se não for pra mim (sic) morrer, tudo bem [Regina Lucimar Santos, doméstica] (*O ESTADO DO PARÁ*, 20 nov. 1977, p. 12).

Ainda assim, apesar da menor frequência, novos casos eram registrados: o jornal trazia o depoimento de um motorista de táxi, de Belém, e de um pescador, de Benevides, que teriam sido atingidos pelo foco. Na véspera, o psiquiatra José Cutrim engrossava o discurso que atribuía aos episódios, julgados sobrenaturais, uma neurose coletiva: “Essas manifestações não só realmente acontecem em indivíduos fracos. É mais provável que isso ocorra com pessoas inseguras, podendo até conduzir a psicose, se a pessoa se impressionar muito com o que imaginou” (*O ESTADO DO PARÁ*, 19 nov. 1977, p. 12).

¹¹ Nesse processo, o trabalho dos jornalistas, que se baseia no que dizem as “testemunhas autorizadas”, é essencial: “Os meios de comunicação não são os únicos, mas são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de ‘testemunhas autorizadas’, e o jornalista, mediador entre fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais” (RIBEIRO; BRASILIENSE, 2007, p. 222).

Em 20 de novembro, *A Província do Pará* apresentou sua última edição daquele ano sobre as luzes misteriosas, destacando a versão elaborada por um médico. Em meio ao caldeirão de justificativas que buscavam compreender o fenômeno, a explicação do médico, dividida em nove pontos, baseava-se em reforçar a ideia de neurose coletiva; responsabilizar a atuação da imprensa, pelo pânico instalado; e apontar as pessoas de “menor poder de raciocínio”, como as mais suscetíveis ao medo causado pelo chupa-chupa, que não passava de ilusão. Nessa disputa narrativa, a versão do “vampiro interplanetário”, como credide popular, ganhava ainda mais força.

9 – Resumindo: a população de Belém pode ficar tranquila, devido não ser realidade a existência de nenhum ser sobrenatural ou extraterreno estar atacando as pessoas, principalmente moças. As pessoas porventura apavoradas com a falsa ideia de serem atacadas devem ser encaminhadas a um psicólogo. Finalmente: **os meios de comunicação devem esclarecer os fatos procurando incutir na população segurança e nunca insegurança** (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20 nov. 1977, p. 16, grifos nossos).

Para Orlando Zoghbi, médico entrevistado pelo jornal, não havia dúvidas que o comportamento da população de Belém sofreu influência da cobertura realizada pelos meios de comunicação sobre o chupa-chupa. Se o “vampiro extraterreno” se popularizara daquele jeito, gerando pavor, a responsabilidade também era dada à atuação de veículos de comunicação mal orientados. Era preciso dizer o quanto antes: “Chupa-Chupa é só fantasia”.

Figura 5: Três mulheres atingidas pela luz foram examinadas pelo médico, que descartou a hipótese de fenômeno ufológico.



Fonte: A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20 nov. 1977, p. 16.

Vale destacar aqui a conexão entre uma das narrativas e um dos elementos do patrimônio arquitetônico de Belém. Quem caminha pela região central da cidade, depara-se com alguns patrimônios arquitetônicos, construídos no final do século XIX, período marcado pelo ciclo áureo da borracha, dos quais se destaca a Caixa d'água de São Brás, visivelmente abandonada, mas ainda em funcionamento. A caixa d'água foi inaugurada em meados de 1880, sendo construída com ferro produzido na Europa; tem cerca de 20 metros de altura. Pode parecer estranho trazer essa história à tona, mas isso teria relação, segundo os jornais, com as especulações feitas sobre a construção, numa cidade tomada pelo pavor das naves espaciais que emitiam luzes. A caixa d'água virara um “disco voador disfarçado”, ironizava *O Estado do Pará*. O relato está entre as piadas e brincadeiras que o fenômeno inspirava.

A antiga caixa d'água, existente em São Braz, instalada pelo extinto Departamento de Águas, foi identificada por um popular atingido pela propalada “neurose corretiva”, como um disco voador disfarçado, o que o fez correr em pânico, como se um exército de seres extra-terrestres fosse iniciar um ataque fatal de raios a qualquer momento.

O homem, aos gritos, apontava para o “objeto” – só por ele – “não identificado” dizendo ter visto os raios e os focos saírem dali e aos que tentavam acalmá-lo, instigava a fugir. Como ninguém conseguia convencê-lo do contrário, finalmente, deixaram-no fugir sozinho (*O ESTADO DO PARÁ*, 21 nov. 1977, p. 3).

Com o mesmo propósito da última nota, em *O Liberal*, a coluna Repórter 70 levou a polêmica das luzes ao meio político de Belém, descrevendo a iniciativa de alguns vereadores, clamando para que o então prefeito Ajax d'Oliveira resolvesse o problema das “visagens que atormentam os subúrbios”. A nota termina destacando que o problema da luz na cidade não dizia respeito ao prefeito, mas à concessionária de energia elétrica. O chupa-chupa era inspirador para redatores e jornalistas: além de amedrontar, também servia de galhofa para os problemas da cidade.

Além do mais – acentuava ainda o observador – deve-se notar que, legalmente, o problema da luz em Belém não é de alçada de Ajax, mas sim da Celpa [concessionária de energia elétrica]. A esta, por sinal, deveriam dirigir-se os vereadores para estudar a possibilidade do aproveitamento da luz misteriosa no abastecimento de Belém que se ressentia, nas horas do pique, da falta de produção suficiente de quiluotes (sic) para atender a demanda da população, desde que – frizava (sic) o observador – a luz misteriosa seja produzida em 60 ciclos, já que, com 50 ciclos, ela vai ter de ir para o Paraguai (*O LIBERAL*, 19 nov. 1977, p. 3).

Nada mais conveniente que falar das “Folias do Chupa-Chupa”. O texto foi publicado em *A Província do Pará*, e pode ser lido como exemplo do tom jocoso,

que também ganhava espaço nos jornais, em relação ao fenômeno. Nas próprias reportagens sobre o episódio, eram veiculadas as versões que gozavam do caso, como em “As estórias que o povo anda contando”. Entre elas, destacamos:

Na Avenida Roberto Camelier um “disco-voador” atropelou um garoto que foi levado ao Pronto Socorro Municipal, sendo grave seu estado de saúde. O condutor do “disco-voador” negou prestar socorro à vítima, fugindo em espantosa velocidade rumo ao espaço.

O sangue sugado estaria sendo usado por um outro país para remédio que curaria doença grave. Como o governo brasileiro negou a doação espontânea, o chupa-chupa faria o trabalho então.

[...]

Um motorista de táxi teria entrado só de cuecas e correndo em um distrito policial. Disse que ao trafegar pela rua dos Mundurucus, viu no céu uma cruz vermelha emitindo um fogo branco que o imobilizou momentaneamente. Da cruz, uma voz calma falou que era um assalto, pedindo a renda do carro, a chave e as roupas do motorista. O carro não foi achado, as roupas do motorista também não. O passageiro do táxi vai servir de testemunha no inquérito a ser aberto a partir de segunda-feira (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 nov. 1977, p. 14).

Essas versões vinham na parte inferior da página, acompanhando as principais notícias sobre as vítimas, mas não eram publicadas constantemente. O jornal apresentava, em sua edição, o espaço *Jornaleco*: neste caso, comentavam-se, com muita irreverência, os assuntos que eram discutidos na cidade e publicados pela imprensa. O *chupa-chupa*, obviamente, não escaparia à língua afiada do *Jornaleco*, que fazia questão de lembrar o personagem decano dos vampiros, inclusive dos vampiros interplanetários: o Conde Drácula. As aparições serviam de inspiração, até para compositores, como Joacy Canoa de Índio, autor da “Marcha do Chupa-Chupa”.

Neste mundo acontece cada coisa / Muito difícil de se acreditar / Agora inventaram um tal de Chupa-Chupa / Aparecendo em Belém do Pará / Eu já até tenho medo de sair / E, encontrar o Chupa-Chupa por aí / Pois ele Chupa, Chupa, / Chupa mesmo pra valer / Vai chupando até a gente desaparecer / Se, por acaso, o Chupa-Chupa lhe encontrar / Não tenha medo não se apavore não / Peça ligeiro pra ele ir chupar / Toda sujeira de lá da Cremação (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20 nov. 1977, p. 16).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que movimentou esta pesquisa foi um fenômeno cultural que, transformado em fenômeno comunicacional-midiático, produziu narrativas de diferentes naturezas: ocupando as histórias contadas pelos velhos e velhas da região; as notícias publicadas pelos jornais paraenses na época; e os relatórios produzidos durante a investigação sigilosa realizada pelos militares. O

sobrenatural e o medonho inspiraram essas narrativas, mediadas por aqueles que dominam a arte de narrar e seguem compartilhando-as com os seus, mediadas pela imprensa tradicional, mediadas pelas instituições que investigaram o fenômeno. Diante disso, é notável a contribuição de diferentes setores, na construção das memórias em torno do chupa-chupa, entre eles, a mídia. Não é à toa que cada vez mais produções audiovisuais têm se debruçado nessa história, fortalecendo interpretações, enfraquecendo outras, apresentando novos pontos de vista, mas, sobretudo enriquecendo os processos de disputa que envolvem as memórias sobre esse episódio. Para uns, foi um período de meses de neurose coletiva e total descontrole emocional. Para outros, esses lugares podem ter sido visitados, sim, por extraterrestres.

Da imprensa, o vampiro interplanetário, a luz sugadora e os discos voadores amedrontaram a população do interior, registrando-se também vítimas na capital. Desponta ainda o cenário apocalíptico vivido pelas cidades do interior, como consequência do temor de uma invasão extraterrestre ou ainda uma experiência científica para investigar as propriedades do sangue humano, iniciada por seres de outros planetas. Localidades que dificilmente ganhariam as páginas dos jornais, diante das dificuldades de acesso e até mesmo por conta dos critérios de noticiabilidade, eram mencionadas frequentemente quando os avistamentos das luzes passaram a ser constantes. Os jornais publicaram em suas edições as visitas que grupos do interior faziam até as redações em busca de ajuda. Quando os moradores de Belém também denunciaram as luzes, chega-se ao ponto da comoção geral diante do pavor que o inexplicável causava. O chupa-chupa só não resistiu mesmo à pilhéria e à razão: médicos, militares e antropólogos orientavam as pessoas a manterem a calma, já que as luzes não passavam de fruto da imaginação, não passavam de fantasia, afirmavam. O fenômeno caiu nas graças do público rendendo marchinha de carnaval, charges e as mais irreverentes histórias.

Em Colares, a localidade mais atingida pelo fenômeno, é possível se deparar com um sobrevivente e ouvir as histórias que ele tem para contar. É possível conversar com uma criança ou um adolescente que certamente já conhece a história, ouvida pela boca de seus pais e avós. Isso confirma a riqueza do objeto que, a cada dia, desperta o interesse e atrai mais pessoas, que contribuem, de diferentes formas, para a sua preservação. Nessa “Saramandaia” amazônica, ainda que despontem novas interpretações dispostas a desvendar o fenômeno, é no mistério que está guardado seu trunfo.

REFERÊNCIAS

“DISCO”. *O Estado do Pará*, Belém, 21 nov. 1977. Cidade, p. 3.

“CHUPA-CHUPA” desvendado. *Amazônia*. Belém, 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ormnews.com.br/noticia/chupa-chupa-desvendado>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

AS EVOLUÇÕES dos objetos nos céus da Vigia. *A Província do Pará*, Belém, 20 out. 1977. 1º Caderno, p. 15.

ATHAYDE, Reginaldo de. *ETs, santos e demônios na Terra do Sol: repertório de terror e medo no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Mythos Editora, 2000.

FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula. Entre os mistérios da Amazônia brasileira, surge o Chupa-Chupa: mídia e memória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 39, 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1834-1.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2021.

FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula. *Luzes misteriosas cruzam os céus da Amazônia: memória e imaginário no fenômeno Chupa-Chupa*. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/disserta_pfernandes_2017.pdf> Acesso em: 22 abr. 2021.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, v. 35, n. 1, ed. abril-jul/2016, ano 2016. Niterói: Contracampo, 2016, p. 7-26.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Comunicação e história: um entre-lugar. In: BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (org.). *Comunicação e História: partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011, p. 8-28.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

BICHO sugador ataca mulheres e homens em povoado da Vigia. *O Liberal*, Belém, 8 out. 1977. 1º Caderno, p. 21.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CHUPA-CHUPA é só fantasia. *A Província do Pará*, Belém, 20 nov. 1977. 1º Caderno, p. 16.

COLOMBO, Fausto. *Arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

DISCO voador ataca mulher. Pavor na Ilha do Mosqueiro. *O Estado do Pará*, Belém, 1 nov. 1977. Cidade, p. 11.

DISCOS voadores. *O Estado do Pará*, Belém, 23 out. 1977. Cidade, p. 3.

FENÔMENO da luz intranquiliza a cidade. *O Liberal*, Belém, 17 nov. 1977. 1º Caderno, p. 21.

FERREIRA, Paulo Roberto. *A censura no Pará: a mordaca a partir de 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2015.

FOCO fez mais duas vítimas. *O Estado do Pará*, Belém, 20 nov. 1977. Cidade, p. 12.

FOLIAS do Chupa-Chupa. *A Província do Pará*, Belém, 20 nov. 1977. 2º Caderno, p. 16.

GIESE, Daniel Rebisso. *Vampiros extraterrestres na Amazônia*. Belém: Falangola Editora, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LUZ e pavor nas noites vigienses. *A Província do Pará*, Belém, 20 out. 1977. 1º Caderno, p. 16.

LUZ. *O Liberal*, Belém, 18 nov. 1977. 1º Caderno, p. 3.

LUZ. *O Liberal*, Belém, 19 nov. 1977. 1º Caderno, p. 3.

MARCIANOS estão chegando. *O Estado do Pará*, Belém, 19 nov. 1977. Cidade, p. 12.

MATHEUS, Letícia Cantarela. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. 2010. 282 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MÉDICOS não viram nada demais na “vítima” da luz. *O Liberal*, Belém, 17 nov. 1977. 1º Caderno,

p. 22.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP; Programa de Pós-Graduação em História, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OBJETO voador. *O Estado do Pará*, Belém, 14 out. 1977. Cidade, p. 3.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROFESSORA e policial, as novas vítimas do estranho foco. *O Estado do Pará*, Belém, 18 nov. 1977. Cidade, p. 12.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. *Contracampo*, v. 32, n. 2, ed. abril-julho, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015, p. 73-90.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. *Lugar Comum*, n. 11, p. 25-44, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 219-235.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SERIA um disco voador o estranho objeto que intranquiliza Vigia? *O Liberal*, Belém, 15 out. 1977. 1º Caderno, p. 21.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAMPIRO interplanetário só gosta de mulher. *A Província do Pará*, Belém, 19 nov. 1977. 1º Caderno, p. 14.